

POBREZA MENSTRUAL E A PROMOÇÃO DA SAÚDE

Fernanda Hoffmann Marques¹; Tamara Tomitan Richter², Tânia Maria Gomes da Silva³,
Marcelo Picinin Bernuci⁴

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos muito vem se discutindo sobre a temática pobreza menstrual, conceituada como um fenômeno complexo, vivenciado por meninas e mulheres, que advém da falta de recursos, infraestrutura e educação que as prepare para compreender as necessidades da menstruação.

Pobreza menstrual refere-se à falta de acesso aos produtos de higiene íntima necessários durante a menstruação, bem como a possibilidade de acesso a locais adequados para usá-los, incluindo serviços de saneamento básico e recebimento de informações (SOMMER *et al.*, 2015). Reconhecida como um problema de saúde pública mundial, especialmente para países de baixo desenvolvimento socioeconômico, a pobreza menstrual ganhou maior atenção da sociedade durante a pandemia da COVID-19 em resposta a maior exposição midiática das desigualdades sociais (JAHAN, 2020).

No Brasil, historicamente, a população feminina, especialmente àquelas que vivem em situação de rua, são as que mais têm sofrido as mazelas das desigualdades socioeconômicas estruturais da sociedade, incluindo a maior dificuldade no acesso aos serviços públicos de atenção à saúde (COBO *et al.*, 2021). Recentemente, o tema da pobreza menstrual ganhou notoriedade no país, após a pressão e persistência de campanhas populares. O congresso nacional indeferiu o veto do presidente Jair Bolsonaro aos artigos da Lei Nº14.214/2021, que

¹ Mestranda pelo programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde. Universidade de Maringá-UniCesumar. Maringá, Paraná, Brasil. fernandahoffmannmarques@gmail.com

² Mestranda pelo programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde. Universidade de Maringá-UniCesumar. Maringá, Paraná, Brasil, tamara.richter@hotmail.com

³ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde da Universidade de Maringá (Unicesumar) – Maringá-PR.tania.gomes@unicesumar.edu.br

⁴ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, UniCesumar, Maringá-PR, marcelo.bernuci@unicesumar.edu.br

preveem a distribuição gratuita de absorventes higiênicos a mulheres particularmente ameaçadas em sua dignidade menstrual, como as jovens de baixa renda, mulheres em situação de reclusão ou em situação de rua.

Esta ação do governo federal remonta sobre fragilidades estruturais das políticas públicas direcionadas à população feminina do país, fragilidades estas que repercutem em demasia sobre aquelas que vivem em extrema condição de vulnerabilidade social, como as mulheres que se encontram em situação de rua. Nestas mulheres, o fenômeno da pobreza menstrual amplifica o estigma de exclusão social, registrando cronicamente em seus corpos e em suas vestimentas os sinais da vergonha e do constrangimento (MAROKO *et al.*, 2021).

No que tange aos aspectos biológicos, reconhecidamente, a falta de condições adequadas para a higiene íntima afeta negativamente a saúde, especialmente em decorrência das enfermidades do trato urogenital (DAS *et al.*, 2021). Na situação de rua, os problemas tendem a se agravar ainda mais, uma vez que além da ausência de condições adequadas para a higiene, há outros enfrentamentos, como a insegurança hídrica e alimentar, intempéries ambientais e violência (GRAMMATIKOPOULOU *et al.*, 2021).

Até o momento, o maior corpo de evidências no espaço coletivamente referido aqui como saúde e higiene menstrual se origina de estudos que exploraram as barreiras encontradas no acesso aos cuidados de saúde por aqueles que vivem sem moradia (RAMSAY *et al.*, 2019, BODEN *et al.*, 2021). Estas mulheres frequentemente expressam sofrer discriminação, tratamento indesejado e constrangimento ao tentarem obter produtos para sua higiene menstrual, o que facilita o despertar de comportamentos alternativos de autocuidado, como a improvisação com panos e toalhas de papel (KUHLMANN *et al.*, 2019).

Embora muitos esforços tenham sido realizados ao longo dos últimos anos para melhor compreender as relações entre saúde reprodutiva feminina em interface com a qualidade de vida, pouca atenção tem sido dada às particularidades das mulheres que vivem em situação de rua. Dessa forma, pretendemos no presente estudo, analisar como as mulheres em situação de rua vivenciam seus corpos menstruantes em contextos de recursos financeiros e materiais limitados.

METODOLOGIA

O presente estudo tem caráter descritivo, de abordagem qualitativa/quantitativa, conduzido com base na História Oral de Vida. Esta pesquisa é parte integrante de um projeto de Mestrado em Promoção da Saúde. Objetivou-se compreender como é feita a prática de cuidados e higiene íntima e a percepção acerca da pobreza menstrual por mulheres em situação de rua que vivem no município de Maringá-PR.

A coleta de dados foi realizada no Consultório na Rua de Maringá (CnR), referência de atendimentos em saúde para a população em situação de rua no município referido. Foram analisados prontuários e realizadas entrevistas individuais, semiestruturadas, gravadas em áudio. Para operacionalização das entrevistas foi utilizado um roteiro contendo questões norteadoras divididas em domínios rotina, saúde e social.

Foram analisados 87 prontuários, no período de abril/2021 a abril/2022. As entrevistas foram realizadas no âmbito da rua e contaram com a participação de 05 mulheres em situação de rua que foram informadas e convidadas a participar do projeto.

DISCUSSÃO

Entre os anos de 2021 a 2022, 87 mulheres com média de idade entre 35 anos, foram atendidas pelo Consultório na Rua. A maioria possui ensino fundamental incompleto, moram com seus companheiros na rua, tem filhos, que no momento estão sobre cuidados de familiares ou foram adotados. Algumas engravidaram e permaneceram durante a gestação em situação de rua.

Observou-se que 100% das mulheres usam algum tipo de substância psicoativa, como crack e bebida alcoólica, sendo esse motivo, em conjunto com a violência sofrida dentro de suas casas, as principais justificativas de estarem na rua. O tempo médio de moradia na rua foi de 01 ano. Entre as entrevistadas, metade se considerou parda e a maioria não completou o ensino fundamental, contudo todas sabiam ler e escrever. Todas encontram dificuldade durante seu período menstrual. Entre as principais queixas estão a falta de local para realizar sua higiene, a falta de absorventes e a falta de roupa íntima.

Com a impossibilidade da aquisição de absorventes, esta população opta por outros meios que possam de alguma forma, conter o fluxo sanguíneo do seu ciclo menstrual, sendo eles a utilização de papéis e roupas velhas. Além disso, devido há escassez de local para lavar roupas e ser uma peça pouco doada, a roupa íntima é apontada como um item básico essencial na rotina dessas mulheres. Por esse fator podem permanecer por alguns dias, com a mesmo vestuário úmido e manchado de sangue.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A melhoria da saúde menstrual das mulheres e meninas está ganhando cada vez mais importância em uma tentativa de promover a dignidade, a igualdade de gênero e a qualidade de vida. No entanto, as experiências de menstruação de pessoas que vivem em situação de rua têm sido historicamente negligenciadas pela academia, sociedade civil e formuladores de políticas públicas. Nesse hiato, a construção de cuidados à saúde dessas mulheres é escassa, configurando uma lacuna de compreensão em torno dessa temática.

Esta pesquisa possibilitou observar os inúmeros tipos de violações experimentadas pelas mulheres em situação de rua, como a falta de acesso a recursos, que poderiam auxiliá-las a lidar com o período menstrual. Ressaltou ainda a importância das particularidades relacionadas aos aspectos sociais e demográficos no intuito de planejar políticas públicas mais efetivas para esta população.

Embora exista o trabalho do Consultório na Rua, e algumas ações de distribuição gratuita de absorventes, muito ainda precisa ser feito. A relevância de uma abordagem de saúde baseada na realidade biológica dessas mulheres, seus interesses, necessidades e características, fomentam a necessidade de discussões, que possam facilitar o acesso aos seus direitos, além de ampliar pesquisas a respeito desta temática. Ademais, se faz necessário a conscientização e maior visibilidade sobre a causa da dignidade das mulheres, em especial, àquelas que não possuem voz.

REFERÊNCIAS

SOMMER, Marni et al. Comfortably, safely, and without shame: defining menstrual hygiene management as a public health issue. *American journal of public health*, v. 105, n. 7, p. 1302-1311,

2015. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org/doi/full/10.2105/AJPH.2014.302525> Acesso em: 02 out. 2021.

JAHAN N. (2020). Bleeding during the pandemic: the politics of menstruation. *Sexual and reproductive health matters*, 28(1), 1801001. <https://doi.org/10.1080/26410397.2020.1801001>.

COBO, B., CRUZ, C., & DICK, P. C. (2021). Gender and racial inequalities in the access to and the use of Brazilian health services. Desigualdades de gênero e raciais no acesso e uso dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil. *Ciencia & saude coletiva*, 26(9), 4021–4032. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.05732021>

MAROKO, A. R., HOPPER, K., GRUER, C., JAFFE, M., ZHEN, E., & SOMMER, M. (2021). Public restrooms, periods, and people experiencing homelessness: An assessment of public toilets in high needs areas of Manhattan, New York. *PloS one*, 16(6), e0252946. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0252946>

DAS, P., LISNEK, D., SAHOO, K. C., SINHA, S., MOHANTY, J., SAHOO, P., BILUNG, B., PANDA, B., TANTON, C., & TORONDEL, B. (2021). Identifying Risk Factors for Lower Reproductive Tract Infections among Women Using Reusable Absorbents in Odisha, India. *International journal of environmental research and public health*, 18(9), 4778. <https://doi.org/10.3390/ijerph18094778>

GRAMMATIKOPOULOU, M. G., GKIOURAS, K., PEPA, A., PERSYNAKI, A., TAOUSANI, E., MILAPIDOU, M., SMYRNAKIS, E., & GOULIS, D. G. (2021). Health status of women affected by homelessness: A cluster of in concreto human rights violations and a time for action. *Maturitas*, 154, 31–45. <https://doi.org/10.1016/j.maturitas.2021.09.007>

RAMSAY, Natalie et al. Health care while homeless: barriers, facilitators, and the lived experiences of homeless individuals accessing health care in a Canadian regional municipality. **Qualitative Health Research**, v. 29, n. 13, p. 1839-1849, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1049732319829434> Acesso em: 4 março 2022

BODEN, Laura et al. Exploring the barriers and facilitators to menstrual hygiene management for women experiencing homelessness. **Journal of Occupational Science**, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14427591.2021.1944897> Acesso em: 4 março 2022

KUHLMANN, S. A. et al. Unmet menstrual hygiene needs among low-income women. **Obstetrics and Gynecology**, [S. l.], v. 133, n. 2, p. 238-244, 2019. Disponível em: https://journals.lww.com/greenjournal/Citation/2019/06000/Unmet_Menstrual_Hygiene_Needs_Among_Low_Income.34.aspx. Acesso em 13 novembro, 2021.